

Ofício 115/2020

Brasília-DF, 21 de Julho de 2020.

Ao Senhor

**LEONARDO ROLIM GUIMARÃES**

Presidente do INSS [pres@inss.gov.br](mailto:pres@inss.gov.br)

Brasília/DF

**ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO TRABALHO REMOTO AOS SERVIDORES  
PÚBLICOS FEDERAIS E MANUTENÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL.  
Continuidade dos Debates da Pauta de Reivindicação**

Senhor Presidente,

A Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores da Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – **FENASPS** – entidade representativa das Carreiras do Seguro, Seguridade Social e ANVISA, com sede e foro no Setor de Diversões Sul (SDS), Edifício Venâncio V - térreo, loja 28, Brasília-DF, tendo em vista a decisão do governo em reabrir as unidades do INSS a partir do dia 03 de agosto, solicitar:

Diante da iniciativa governamental em diversos órgãos Federais, Ministérios e Autarquias, entre estas o INSS, para suspender o trabalho remoto, para restabelecer o atendimento à população no momento que a pandemia vem provocando uma tragédia sem precedente neste século, vêm através deste expor fatos e solicitar o que segue:

Diante do agravamento da Pandemia do COVID-19, com mais de dois milhões e cem mil pessoas contaminadas e outras milhares sob investigação, que vitimou mais de 80 mil pessoas e pelas projeções poderá chegar a 100 mil casos até início de mês agosto, todas as entidades notificaram os respectivos Ministérios, Autarquias e Fundações, a respeito da gravidade da exposição que os Servidores Públicos Federais estarão submetidos, caso haja **a suspensão do isolamento social com a consequente reabertura das unidades de trabalho.**

O Brasil levou 100 dias para atingir a triste marca de um milhão de casos e menos de 30 dias para dobrar o quantitativo de pessoas infectadas. Este foi exatamente o período que houve flexibilização nas normas do isolamento social em várias partes do País. Em 19 Estados da Federação, as UTIs estão superlotadas, alguns com 85/90%, numa nova fase onde o contágio poderá significar a morte.

No entanto, dos esforços de manter o isolamento social, teve decisiva contribuição na prevenção, redução de casos e ajudar a reduzir e mitigar o avanço do contágio pelo coronavírus, entre os usuários destes serviços públicos. Portanto, **é imprescindível que a direção do INSS, a luz dos novos fatos, reanalise a decisão de reabrir as agências do INSS, em pleno aumento dos casos diários do COVID-19.** Nem precisamos lembrar que ao manter os servidores setores que não são classificados como serviços essenciais em

*trabalho remoto*, ajudou na economia para a União, além de evitar a disseminação desta pandemia entre os segurados do INSS.

Conforme dados e análises, setores econômicos do governo apontam que o trabalho à distância nos diversos setores, além de prevenir contra o aumento da contaminação da COVID-S9, os servidores mantiveram alta performance nos serviços desempenhados, houve economia para os cofres da União na ordem de milhões de reais. Há que se considerar que grande parte dos trabalhadores do INSS há muito laboram com um quadro reduzido de pessoal, além do que, há um número considerável de servidores que está no grupo de risco, 63% do quadro, que por determinação da OMS, do Ministério de Saúde, e conforme normas do Ministério da Economia devem permanecer em isolamento social para evitar o contágio, o que restringirá drasticamente o total de servidores nos locais de trabalho.

Além das consequências imediatas se for mesmo autorizada a reabertura dos locais de trabalho e do retorno do conjunto destes servidores. Implicara no aumento da circulação de pessoas nas ruas, nos transportes coletivos e superlotação nos postos de trabalho. Os fatos comprovam dezenas de agências da Caixa Econômica, Frigoríficos, empresas, DC do INSS, Sede da FUNASA Ministério da Saúde e até o palácio do Planalto com 108 casos confirmados. Quase uma dezena de ministros e o presidente também confirmam, que foram infectados pelo vírus. Assim como aconteceu na DC do INSS, o palácio do Planalto também foi dessanetizados com setores interditados temporariamente pela contaminação do COVID-19.

Então, não se compreende porque a intenção de reabrir o INSS a partir de 03 de Agosto, para prestar atendimento ao público em pleno pico da pandemia, se os serviços estão sendo prestados e a produtividade aumentou, a União faz economia em dobro, não gastou praticamente nada com a estrutura do trabalho remoto e ainda ajuda combater o vírus, o que estaria por detrás destes interesses com vocação genocida?? Sim submeter a vida de pessoas a possibilidade de morte é uma grande responsabilidade dos gestores que assim procedam.

Com estas considerações e, diante da decisão do Ministério da Economia que caberá aos gestores dos órgãos decidirem sobre a questão, **solicitamos a prorrogação do período de isolamento social mantendo fechadas as unidades de trabalho do INSS, com a permanência dos servidores em trabalho remoto pelo período em que as autoridades de saúde julgarem necessárias para preservar a vida da população e dos servidores.**

Solicitamos ainda uma reunião com as entidades e todos os setores do governo, para tratar das consequências aos servidores, com a edição da Portaria 1300, que prevê a unificação das unidades de trabalho do STRAB, INSS e outras, com representantes do INSS, Secretaria do Trabalho e DGP. Se for possível, precisamos ter acesso às informações sobre a criação da Unidade Gestora de Fundos de Previdência, conforme prevê a Emenda Constitucional 103/2019.

No aguardo do retorno do que estamos solicitando, sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição para o que se fizer necessário.

**Atenciosamente,**

  
Laurizete Araújo Gusmão  
Diretoria Colegiada